

O Governo Temer: Uma Nova Fase de Acumulação de Capital pela Expropriação

JOSÉ ALEX REGO SOARES (*)

1 A Ruptura – Um Panorama da Construção de Uma Nova Hegemonia

A data de 31 de agosto de 2016 marca a ruptura de um longo processo de disputa política e perda de hegemonia dos governos petistas. O Governo Dilma foi o quarto mandato constituído pelo partido nas urnas.

A queda do Governo Dilma abre um processo de instabilidade política que se estende até o atual momento. Na esfera econômica, demarca uma ruptura na dinâmica de acumulação de capital no interior da economia brasileira.¹

O Governo Temer não se caracteriza apenas como um mandato tampão, de transição e que levaria o país até as próximas eleições de 2018. Ao contrário, ele faz parte dessa nova tentativa de desconstrução da Constituição de 1988 e, portanto, sua arquitetura de poder passava por um modelo de semi-presidencialismo.²

Desta feita, esse governo não pode ser entendido como um caso clássico de um mandato de transição, dadas as características estrutu-

rais do Governo Temer e sua retomada de reformas liberais (SINGER, 2022). O resultado concreto alcançado no pleito de 2018 apenas reforça essa condição do golpe, com a meta de estabelecer um novo ciclo de acumulação de capital.

Logo que assume a presidência, o então vice-presidente Michel Temer inaugura de forma sistematizada a implosão das bases institucionais da Nova República, sintetizada na Constituição de 1988, já que as mesmas passaram a se constituir como entraves importantes de um novo ciclo de acumulação de capital capitaneado pelas estruturas de mercado.

Esse novo aparato político-econômico soa como uma distopia em um mundo regido por uma estrutura de poder econômico que abre uma condição única de exploração e expropriação.³ “No caso da exploração, o capital paga pelo custo socialmente necessário de reprodução do trabalhador na forma de salários [...]. Na expropriação, ao contrário, ele simplesmente toma para si o trabalho, as pessoas e a terra sem pagar seus custos de reprodução” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 58-59).

Esse novo desenho só pode ser levado à frente com anuência do agente estatal, ou melhor, pela sua operacionalização em desconstruir as pautas sociais. Consequentemente, esse Estado precisa exercer sua força para desconstruir as barreiras sociais, estabelecendo-se, assim, uma lógica de acumulação que se impõe para além da perspectiva tradicional.

O século XXI abre as grandes corporações, os grandes grupos, configurando uma nova condição para expropriação, na qual o Estado é apenas um instrumento facilitador dessa lógica acumulativa. Desta forma, as fraturas institucionais se mostram apenas como reflexos desse novo ciclo pautado na expropriação.

Essa condição de deterioração da estabilidade do Governo Dilma é condição da mudança na conjuntura e propicia uma fratura política que só pode ser observada à luz de um amplo processo de acumulação de capital em nível internacional, que reverbera nas condições internas.

Essas condições se apresentam a partir de atores internacionais, representantes da mais alta esfera

econômica, privada, que ironicamente é definida como “*deep establishment*” por Varoufakis (2017). Já se percebe, em 2012, um novo humor por parte desses atores econômicos, controladores de grandes fundos financeiros, tecnocratas de bancos privados, de instituições multilaterais e outras corporações internacionais e políticas dos grandes centros internacionais.⁴

Singer (2022) identifica como fato fundador o artigo de Ruchir Sharma, um influente tecnocrata da Morgan Stanley. A senha da mudança de humor do “*deep establishment*” foi explicitada num artigo na *Foreign Affairs*. A tolerância chega ao fim; a tentativa de construção de um modelo de desenvolvimento periférico capaz de rivalizar ao receituário econômico tradicional é vista como uma ameaça, desta forma o “triunfo caboclo iria ser bloqueado pelo excesso de proteção aos trabalhadores” (SINGER, 2022, p.11). A partir desse momento, tem-se deflagrado *blitzkrieg* por parte da imprensa especializada internacional e representantes nacionais do “*deep establishment*”, desqualificando a política econômica do Governo Dilma (SINGER, 2022, p.11).

A repercussão da virada de humor não tarda a encontrar eco em terras tropicais. Em tom de denúncia, os guardiões da boa política macroeconômica observam os desdobramentos dos Governos FHC e do

primeiro Governo Lula e vociferam a descontinuidade das reformas pró-mercado. Estes críticos argumentam que a crise de 2008 não apenas interditaria essas reformas como também alteraria a agenda pró-mercado.

Uma agenda econômica de caráter mais independente do mercado é denunciada como “o uso de instrumentos regulatórios, fiscais e tributários com o objetivo de microgerenciar a atividade econômica” (FRAGA; AMADEO, 2012). Desta feita, é apresentado um inventário de medidas que bloqueavam as boas intenções de investimento dos mercados e que seriam importantes para se abrir um novo ciclo de investimentos privados⁵ – leia-se um novo ciclo de acumulação por expropriação.⁶

A condição apresentada pelos representantes da elite financeira internacional é apenas única: o aprofundamento das políticas neoliberais. Essa ofensiva internacional marca o fim de um curto ciclo de políticas públicas anticíclicas apresentadas para salvar o sistema financeiro internacional após a grande crise financeira pós-crise de 2008.

Ao cabo de quatro anos e de uma efetiva e generosa ajuda estatal, o “*deep establishment*” avalia uma contraofensiva às políticas de caráter social e de proteção ao espaço nacional.

Desta forma, busca-se consolidar um novo ciclo de superacumulação de capital, que por sua vez passa justamente sobre estados que, de alguma forma, mantiveram ou reforçaram programas econômicos e sociais de cunho nacional. Esses estados estabeleciam um conjunto de proteção ou dificultavam uma maior entrada dos interesses do capital financeiro aos projetos dirigidos por estruturas estatais e com a maior cobertura social.

A ofensiva das elites financeiras internacionais sobre qualquer modelo de gestão econômica fora do seu *script* repercute de forma explícita na economia brasileira, alterando de forma direta a correlação de forças internas e, conseqüentemente, o próprio modelo de gestão do estado brasileiro.⁷

A sustentação política e econômica dada aos governos petistas decorreu da condição das demandas dos diversos grupos econômicos e políticos no âmbito interno da sociedade brasileira. Tal sustentação ajudou a equacionar essas várias pautas econômicas. No nosso entender, a melhor caracterização desse quadro é dada por Poulantzas (1977), ao buscar definir o bloco no poder.⁸ Esse desenho de bloco de poder ajuda a entender a constituição do grupo hegemônico na condição da política econômica do país e os reflexos da conjuntura internacional, ainda na própria

dinâmica de expropriação aberta a partir de 2012.

A condição de trégua dada a partir da crise de 2008 finalmente termina. Ao se estabelecer um novo ciclo de acumulação de capital pela expropriação, os diversos acordos políticos anteriormente desenhados entre os grupos econômicos e setores sociais distintos, em que foram mantidos de forma frágil, articulados no bloco de poder chegam ao seu extremo de saturação e conseqüentemente ruptura.⁹

Os setores da indústria de *commodities* em capital e do agronegócio passaram a ter maior autoridade sobre as decisões políticas no interior do Estado Brasileiro. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 929).¹⁰ Abre-se, assim, a necessidade do emparelamento, sem que isso signifique uma disputa entre as frações da elite. Isto porque, com a crise financeira internacional desde 2008, houve uma acomodação entre os setores econômicos (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A disputa por hegemonizar o espaço público e otimizar as taxas de retorno leva os setores em questão a abrir uma disputa para aumentar sua fatia na apropriação da renda nacional. Os setores políticos que conduzem as políticas sociais no interior do Estado brasileiro, alçados pelo sistema eleitoral, ficam em situação de extrema vulnerabi-

lidade. As mudanças conjunturais expõem a vulnerabilidade da agenda social, frente à agenda internacional e ao próprio reordenamento da agenda das elites econômicas nacionais.

O rearranjo se estabeleceu justamente na órbita das políticas públicas de caráter social e numa maior pressão sobre a flexibilização de uma agenda econômica tipo neoliberal, inflada a partir de 2012 ao fim da trégua de enfiamento da crise financeira de 2008.

Desta forma, a fissura ocorreu com as políticas sociais de inclusão, diferentemente do que apresentam Teixeira e Pinto (2012, p. 935), ao caracterizar uma ruptura entre o “sistema financeiro e o Estado brasileiro (política monetária menos ortodoxa com redução mais rápida da Selic, redução dos juros dos bancos públicos etc.)”. Não parece crível que as novas frações do capital – o setor exportador de *commodities* – e uma parte do capital industrial, haviam se consolidado de forma hegemônica.

O fato é que o novo ciclo de acumulação capitaneado pelo “*deep establishment*” de caráter expropriativo isolou do Estado brasileiro a agenda social, apropriando-se dessa renda para sua acumulação. O Golpe sobre o Governo Dilma é reflexo dessa condição de mudança no cenário internacional e da rear-

ticulação das frações de poder do bloco de poder no interior do Estado brasileiro, propiciando a constituição de uma nova diretriz de política estatal para viabilizar essa nova conjuntura de acumulação.

Portanto, o Governo Temer e a ponte para o futuro devem ser observados dentro dessa perspectiva da acumulação de capital conduzida pelo “*deep establishment*”.

2 O Governo Temer e a “Ponte para o Futuro”¹¹

Desta feita, quando Michel Temer toma posse como Presidente do Brasil, num discurso relativamente discreto e sem glamour algum, sinaliza as grandes pretensões de seu mandato: reformar a Previdência Social, modernizar a legislação trabalhista e garantir estabilidade jurídica e política aos investidores e segurança jurídica.¹² Esses são basicamente alguns dos pilares das ditas reformas que refletem o foco na crise fiscal e uma flexibilização do orçamento em relação aos destinos dos recursos do orçamento (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 15).¹³

O Novo Governo precisa colocar em prática uma série de ações que justifiquem a manobra política de uma resposta às precárias contas nacionais. Desta forma, mais do que para um choque de gestão, caminhamos nesse momento para

um novo arcabouço de estado que é parte fundamental do início de uma etapa de acumulação por expropriação que tem seu expoente máximo no atual governo (Bolsonaro).

Esse regime de acumulação por expropriação no Brasil ganha um requinte de crueldade; podemos qualificar como um processo de acumulação por expropriação sustentada por uma condição única de perversão.¹⁴

A partir do desenho em tela, podemos observar com mais clareza o papel e o verdadeiro caráter das medidas adotadas pelo Governo Temer e seu comprometimento com a lógica da expropriação que se articula tanto nas esferas internacionais quanto na esfera nacional. Existe uma sinalização e um comprometimento nítido com o *“deep establishment”*. Entretanto, essa aliança passa por setores nacionais, claramente predadores do Estado Brasileiro e seu caráter perverso.

A apresentação de um conjunto de medidas voltadas à situação fiscal sela em definitivo esse comprometimento e abre uma nova perspectiva dentro do processo de acumulação no Brasil. Não por acaso, a primeira – e uma das mais importantes – medida a ser apresentada foi o teto de gastos. Ao propor um limite para o aumento do gasto público federal pela inflação do

ano anterior por 20 anos, o Governo Temer congela o gasto público em termos reais; trata-se de um confisco da renda social em nome do equilíbrio fiscal e consequentemente do rentismo financeiro. Um brutal mecanismo de expropriação de renda, sem paralelo em outras sociedades capitalistas.

Para ilustrarmos esse caso, basta lançarmos mão dos dados apresentados por Vazquez (2016). O autor faz uma simulação referente ao período de 2003 a 2015; com a PEC do teto dos gastos, as perdas de recursos junto às áreas sociais seriam, em valores de dezembro de 2015, na ordem de:

- R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área;
- R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando uma queda de 39% nos recursos federais;
- R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%;
- R\$ 1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal.
- Ao todo, a PEC 241 teria retirado R\$ 3,2 trilhões de recursos fede-

rais aplicados na política social. Caso ela estivesse em vigor desde 2003, o GSF seria 37% menor que os recursos destinados à política social nos governos Lula e Dilma. (VAZQUEZ, 2016, p. 06)

Ainda dentro desse arcabouço, fizeram parte também as reformas da previdência, trabalhista e, por fim, do ensino médio.

A reforma da previdência teve foco na constituição de fundos privados para complementar a renda dos trabalhadores na aposentadoria, mas passa também pela lógica do rentismo financeiro. Já a reforma trabalhista visa à flexibilização da legislação. Ou seja, trata-se de mecanismos que complementam esse sistema de expropriação. Logo:

O Estado brasileiro em demanda produz um mecanismo de realocação de renda, articulado ao sistema financeiro internacional. Nesse caso, a política monetária conduz com mão forte a sangria de recursos no interior da sociedade. Isso reforça a dinâmica de um sistema de impostos regressivos a fim de sustentar o repasse de recursos aos diversos grupos ou elites econômicas que se consolidaram no capitalismo financeiro. (SOARES, 2022, p. 20)

3 Conclusão

O Governo Temer cristaliza uma dinâmica financeira imposta de fora para dentro, mas com plena articulação das elites locais, dependentes do rentismo de estado; exige ainda mais prendas por parte do Estado brasileiro aos operadores do sistema financeiro internacional e seus sócios políticos, repercutindo, desta forma, na ascensão por golpe.

A consequência explícita para o Brasil é o que denominamos fissura no bloco de poder. Tal fissura se sustentou por três mandatos e meio dos governos petistas. Essa ruptura é condicionada pela conjuntura internacional que contaminará a dinâmica interna.

A retirada desses obstáculos (políticas sociais) é imprescindível para uma nova fase de acumulação para os diversos setores capitalistas brasileiros, já que essas políticas se mostravam como uma barreira a essa nova fase de expropriação. Como vimos anteriormente, os resultados econômicos podem nos dar algumas pistas desse processo.

Assim, podemos buscar em Solimano (2015)¹⁵ alguns elementos para explicar o alto grau de concentração econômica e financeira através da estruturação e centralização do poder pelas elites econômicas, não mais como uma característica latino-americana, mas particular-

mente brasileira, nunca vista até então na história do país.

Referências

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139.pdf Acesso em: 21 out. 2022.

DI FILIPPO, A. **El desarrollo y la integración de América Latina: una odisea inconclusa**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado. Alameda 1869, 2021.

FRAGA, A; AMADEO, E. **O fim da herança bendita?** Disponível em: <https://tucano.org.br/o-fim-da-heranca-bendita-artigo-de-arminio-fraga-e-edward-amadeo/>, 2012. Acesso em: 18 set. 2022.

FRASER, N; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-Temer_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

PINTO, E. **Bloco no poder e governo Lula**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

SINGER, A. **Revolução burguesa dependente e modelo político brasileiro: 1971-2021**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3544>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SOARES, J.A.R. Acumulação financeira e dívida pública no Brasil: alguns apontamentos. **Informações Fipe**, n. 498, p.17-22, março 2022.

SOLIMANO, A. **Elites económicas, crisis y el capitalismo del siglo XXI. La alternativa de la democracia económica**. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2015.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.

VAROUFAKIS, Y. **Adults in the room: my battle with the European and American Deep establishment**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2017.

VAZQUEZ, D. A. **O Plano Temer/ Meireles contra o povo: o desmonte social proposto pela PEC 241**. 2016. Disponível em: https://sinteps.org.br/imagens/fique-por-dentro/PEC/Artigo%20Vazquez%20-%20DesmonteSocial-PlanoTemer_PEC241%20-%20Set%202016.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

1 A sucessão do Governo FHC pela Gestão Lula não se caracterizaria como uma ruptura na ordem política e econômica, mesmo com o congelamento das privatizações e outras políticas típicas da ordem neoliberal, com a eficiência de uma cesta de políticas sociais e a imposição de um discurso novo-desenvolvimentista. Entretanto, o golpe contra o mandato da presidente Dilma marca a ruptura econômica e a imposição de um ultraliberalismo econômico, assim como a tentativa de eliminar qualquer traço político da Nova República inaugurada com a Constituição de 1988.

2 “A proposta contava com aliados estratégicos, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. Temer, três vezes presidente da Câmara, ao assumir a Presidência da República em 2016, orga-

- nizou o seu mandato tampão em moldes congressuais (Temer, 2020, pp. 21-2). Adiantava-se, certamente imaginando que seria candidato à reeleição em 2018, vindo a indicar, se vencedor, um primeiro-ministro, que bem poderia ser personagem como Rodrigo Maia, então presidente da Câmara” (SINGER, 2022, p.13).
- 3 “Expropriação é acumulação por outros meios. Enquanto a exploração transfere valor para o capital sob o disfarce da livre troca contratual, a expropriação dispensa todas essas sutilezas em favor de um bruto confisco – do trabalho, sem dúvidas, mas também de terra, animais, ferramentas, minerais e depósitos de energia, bem como de seres humanos, suas capacidades sexuais e reprodutivas e seus órgãos corporais. As duas ‘ex’ são igualmente indispensáveis à acumulação de capital, e a primeira depende da segunda, de modo que não se pode ter exploração sem expropriação”. (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 58)
 - 4 “El mundo económico de hoy es, más que nunca antes, un mundo de instituciones y organizaciones empresariales vinculadas entre sí por una inextricable red de compromisos legales de tipo patrimonial. A diferencia de las personas humanas que son personas naturales, las organizaciones son personas jurídicas respecto de las cuales no cabe predicar derechos humanos porque las organizaciones como tales carecen de conciencia y voluntad, son meramente instrumentales. Sus derechos y obligaciones son patrimoniales y están reglados por las normas que regulan los contratos (públicos y privados) propios de la justicia conmutativa. Incluso aquellas instituciones dedicadas a satisfacer derechos humanos elementales (organismos de seguridad social, escuelas, hospitales, etc.) deben adquirir personería jurídica y quedan sujetas a normas patrimoniales que son fijadas mirando a las cosas que allí se administran y no a las personas que se benefician de esos servicios”. (DI FILIPPO, 2021, p. 53)
 - 5 “Aquí se incluyen a la ley del pré-sal, las reglas de contenido nacional para las compras de estatales, el uso de los bancos públicos y empresas estatales para dirigir el investimento y el consumo, la elevación de tarifas de importación, el cambio en la base de tributación de la Previsión Social, la reducción del IPI de bienes durables, el subsidio al consumo de petróleo, la imposición de IOF sobre investimentos extranjeros en portafolio y el cambio del marco regulatório sobre producción y distribución de energía”. (FRAGA; AMADEO, 2012). Disponível em: <https://tucano.org.br/o-fim-da-heranca-bendita-artigo-de-arminio-frag-a-e-edward-amadeo/> Acesso em: 18 set. 2022.
 - 6 “Houve assim uma profunda guinada na agenda de reformas. A proposta da primeira fase, de criar um macroambiente propício ao investimento através de maior eficiência dos serviços e investimentos públicos, da transparência regulatória e do aumento da produtividade dos trabalhadores, foi substituída pela estratégia de criar mecanismos para incentivar a demanda, especialmente o consumo e o emprego” (FRAGA; AMADEO, 2012). Disponível em: <https://tucano.org.br/o-fim-da-heranca-bendita-artigo-de-arminio-frag-a-e-edward-amadeo/> Acesso em: 18 set. 2022.
 - 7 “El proceso de globalización del capitalismo es ante todo un proceso de transnacionalización de las empresas a escala global, o al menos, a escala supranacional, con la consiguiente consolidación de los cambios en los derechos de propiedad que son requeridos para un eficiente funcionamiento de la justicia conmutativa. En consecuencia, la justicia conmutativa aplicada a la lógica del capitalismo global predomina sobre la justicia distributiva aplicable a los sistemas políticos democráticos” (DI FILIPPO, 2021, p. 53).
 - 8 “O bloco no poder é formado pelas classes (e frações) que ocupam o lócus da dominação da luta política de classes, ou seja, que têm áreas de poder (centro de poder = poder real) no seio do Estado. Cabe esclarecer que o bloco no poder não significa o conjunto de camadas a apoiar (classes apoios) o poder de Estado, já que ele participa do espaço de dominação política. De maneira geral, a fração ou classe dominante a exercer a hegemonia restrita ao bloco no poder também é aquela que assume a hegemonia ampla. A regra geral da dupla função de hegemonia de uma determinada fração dominante depende, no entanto, da conjuntura das forças sociais. Assim, existe a “[...] possibilidade de defasagem, de dissociação e de deslocamento dessas funções de hegemonia em classes ou frações diferentes [...], que tem consequências capitais ao nível político [...]”. (POULANTZAS, 1977, p. 235)
 - 9 “Nos dois últimos anos do governo Lula, começaram a aparecer fissuras na hegemonia da fração bancário-financeira em decorrência tanto do fortalecimento de outras frações (segmentos exportadores e de parte da indústria nacional) como dos efeitos econômicos e ideológicos da crise financeira internacional”. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 935)
 - 10 Para maiores informações e dados sobre o peso desses setores na economia brasileira de forma detalhada, ver Teixeira e Pinto (2012) e Pinto (2010).
 - 11 Uma agenda para futuro é um documento elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 29/12/2015. Ver Cavalcanti e Venerio (2017).
 - 12 <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-1-pronunciamento-de-temer-como-presidente-veja-e-leia.html>
 - 13 “Se um jurista estrangeiro desavisado resolvesse ler ‘Uma ponte para o futuro’ valendo-se das ‘lentes’ trazidas por Marshall, perceberia os direitos civis a pleno ‘vapor’. Dos direitos políticos, poucos sinais; dos sociais, só ‘fumaça’. Se usasse as lentes de Perelman, identificariam, no discurso, os *topoi* que evidenciam qual o auditório e qual a função desse texto de grande importância para a história do Brasil: um claro recado dos peemedebistas às forças que estavam por trás da destituição do governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, no sentido de que poderiam encarnar, com desenvoltura, os valores da ‘nova’ ordem política que então se impunha – o retorno da ordem neoliberal” (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p.158).
 - 14 A acumulação por expropriação sustentada por uma categoria única de perversão traz uma condição aberta de aliança entre grupos marginais, como milicianos, traficantes, grupos religiosos de extrema direita, todos alinhados em um objetivo comum: decompor ao máximo o papel do Estado e a destituição das instituições a fim de legitimar suas ações e com isso legitimar a barreira à entrada de grupos tradicionalmente excluídos de qualquer fatia da renda. A apropriação da renda estatal por parte desses grupos legitima a destruição das instituições e legitima o papel intermediário de prestadores de serviços no interior da sociedade brasileira, assim, grupos milicianos e religiosos

se entrelaçam numa aliança única com o objetivo de monopolizar as políticas públicas e com isso avançar na desapropriação e exclusão. Os grupos que historicamente foram aliados do direito de cidadania no Brasil – negros, povos originários e nordestinos e a grande periferia das cidades – ficam à mercê de uma política pública e não pública de marginalização ao extremo. Um misto de ordem sistêmica de acumulação com messianismo e com o crime organizado em forma de milícia.

- 15 Podemos nos apropriar da abordagem de Solimano e assim extrapolar essa condição para o caso brasileiro, que pese que tenhamos muitas particularidades e algumas distâncias importantes podemos observar esse aparelho da concentração econômica e financeira e a centralização econômica.

() Doutor pelo Programa de Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e Pós-Doutorando pela Faculdade de Economia e Administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). (E-mail: jalex.economia43@gmail.com).*